

Florestas, clima e política

Camila Moreno

Doutoranda, CPDA/UFRRJ

Pesquisadora associada à Terra de Direitos

cc_moreno@yahoo.com

Como ponto de partida, é importante ter claro que a negociação internacional sobre clima vai muito além da temática ‘ambiental’ como uma ‘causa planetária’, e diz respeito a um pesado jogo de interesses que se movimenta para pavimentar a transição global de matriz energética e definir a política e a economia internacional em um futuro de “baixa emissão de carbono”.

O presente subsídio para o debate espera contribuir com argumentos e análises para que **descarbonizar** a sociedade não seja também sinônimo de **despolitizar**.

O que se pode esperar, de fato, das negociações em curso e das propostas concretas de um acordo global para ‘salvar o clima’? E além disso, é mesmo o ‘clima’ o que está realmente em jogo? Por que há uma campanha declarada para influenciar e pressionar o governo brasileiro a mudar sua posição na Convenção do Clima? A quem interessa agora (tanto) ‘evitar o desmatamento’? Quem vai ganhar com isso? E quem vai perder?

A relação entre florestas e clima ocupa hoje um lugar de absoluto destaque nas negociações internacionais porque as emissões resultantes do desmatamento de florestas tropicais seriam atualmente responsáveis por cerca de 20% do total de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera - tanto ou mais que o setor de transporte, e só atrás do setor de geração de energia, considerado a maior fonte de emissões.

Sob este enfoque, *pagar por evitar o desmatamento e degradação* do que resta das florestas tropicais seria a forma mais rápida, fácil, e sobretudo mais barata para evitar emissões, preservar estoques de carbono, podendo ainda contar com a comercialização no mercado de “serviços ambientais” prestados pela floresta, tais como água, biodiversidade, etc¹. Considerando também como estes podem ser enquadrados nas categorias de ‘serviços e bens ambientais’ sob a OMC (como o Brasil pleiteia que seja considerado o etanol).

As áreas com florestas tropicais no mundo somam hoje, no total, aproximadamente 17 milhões de km²: cerca de 20% das terras do planeta.

A maior floresta tropical e que ocupa sozinha a maior parte desta área é a Amazônia, com cerca de 7 milhões de km². Embora nove países

¹ Cf. propostas em www.ecosystemmarketplace.com; www.ifc.org/biodiversity

compartilhem o bioma amazônico, a maior parte deste - 60% - está em território brasileiro, sendo que no Brasil o bioma Amazônia ocupa 49,29% do território nacional, sendo o maior bioma terrestre do país.

Se a solução para o clima 'depende' de evitar o desmatamento nas florestas tropicais, a Amazônia, e o Brasil, assumem de saída um papel decisivo. Em função do peso que tem para um tema desta magnitude, a posição oficial do governo brasileiro deve ser estratégica, mas também ser levada em conta em suas particularidades e idiosincrasias. Como é isso ?

Brasil

O Brasil é um país chave nas negociações para a definição de um novo regime internacional para combater e mitigar as mudanças climáticas. Vários fatores contribuem para posicionar o Brasil de modo muito particular na geopolítica global que está sendo redefinida através das políticas climáticas e energéticas. A posição de negociação do Brasil em um novo arranjo energético e climático é única porque:

-é hoje um dos quatro maiores poluidores², sobretudo em função das emissões geradas com o desmatamento para o avanço do agronegócio, da pecuária e dos grandes projetos de energia-infraestrutura. Apesar disto, sob o atual regime, onde considera-se a responsabilidade histórica e diferenciadas dos países, o Brasil não tem que cumprir metas obrigatórias e reduzir emissões;

-a energia 'limpa e renovável' (incluindo agrocombustíveis, hidrelétrica e nuclear) contribui para que 45% do total de energia produzida e consumida no Brasil provenha de fontes não-fósseis, comparada com somente 14% de fontes renováveis em média na matriz energética mundial e apenas 6% de média nos países membros da OCDE.

- a descoberta das reportadas massivas reservas de petróleo e gás do pré-sal, que segundo alguns seria a fronteira mais promissora de petróleo fora da OPEP ou ainda, a última grande fronteira de energia fóssil, tem um peso estratégico crucial para um regime de transição energética;

- a liderança mundial do Brasil na consolidação de um mercado internacional de etanol, para o quê a aposta na agroenergia foi assumida como política de Estado (tendo como maior financiador hoje o BNDES) e que para assegurar mercados externos tenha ao seu dispor a competência e a infra-estrutura do Ministério das Relações Exteriores e das missões diplomáticas brasileiras no exterior, empenhadas em evitar que argumentos ambientais (e sociais) contra o etanol possam ser utilizados como 'barreiras comerciais' - em que pese que as maiores críticas e denúncias em oposição à expansão das monoculturas seja feita desde as próprias organizações, universidades e movimentos sociais do Brasil.

Além destes fatores, outros elementos estratégicos que compõe uma posição singular são:

² World Resources Institute

-O Brasil é o primeiro entre os países megabiodiversos, ou seja, lidera o ranking entre os apenas doze países que possuem 70% de todas as espécies de vertebrados, insetos e plantas pesquisadas pelo mundo (cinco deles aliás estão na América Latina). Estima-se que o Brasil tenha a maior biodiversidade do planeta com cerca de 150 mil espécies já pesquisadas e catalogadas ou 13% de todas as espécies de flora e fauna que existem no mundo, e ainda faltam identificar 90% deste potencial; a Amazônia abriga a maior parte desses recursos, com mais de duas mil e quinhentas espécies de árvores, liderando ainda o ranking de peixes de água doce do planeta que segundo uma pesquisa alcançaria um total de espécies entre 1,4 milhão e 2,4 milhões³ e que são diretamente ameaçados com a construção de grandes hidrelétricas.

-a Amazônia é hoje a maior área preservada de floresta tropical do mundo e a maior parte dela, 60%, se encontra em território brasileiro que cobre 50% do território nacional, o que convenhamos, por si só não é pouco, ainda mais se considerada o que representa esta proporção de cobertura “florestal” quanto ao estoque global de florestas.

Negociações Internacionais de Clima

No final 2009, de 7 à 18 de dezembro na cidade de Copenhague (Dinamarca), terá lugar a 15ª Conferência das Partes (COP 15) da *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima* (UNFCCC), adotada inicialmente durante a *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, a Rio 92, seguida dos processo de ratificação plena. Na ocasião da Rio 92 foi adotada também a *Convenção de Biodiversidade* (CBD). Juntos, estes são os dois principais documentos que orientam as decisões e a governança internacional sobre meio-ambiente.

No encontro de Copenhague espera-se que os países cheguem a um acordo sobre como irão responder à crise climática e ambiental que se agrava, colocando em risco as condições de vida no planeta e também a continuidade da economia e da sociedade dependentes do petróleo que historicamente causaram a mudança do clima e vêm agravando o aquecimento global.

Representando a mais alta instância internacional para tratar de ações e medidas para ‘salvar o clima’, no espaço multilateral da UNFCCC está sendo formatado um novo acordo onde serão definidas *metas* que os países que mais poluíram até aqui terão que cumprir para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa com o objetivo de estabilizar o clima.

Para estabilizar o clima, seguindo as recomendações do *Painel Internacional sobre Mudança do Clima* (IPCC, por sua sigla em inglês)⁴, todos concordam que isso inclui impedir um aumento de mais de 2 graus

³ <http://ambiente.hsw.uol.com.br/biopirataria.htm>

⁴ Documentos os oficiais em língua portuguesa:
<http://ipccddc.cptec.inpe.br/ipccddcbr/html/index.html>

Celsius na temperatura do planeta e que a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera não deve ultrapassar 450ppms (partes por milhão). E para isto, segundo o quarto relatório do IPCC, a temperatura deve começar a cair a partir de 2015. Esta referência mínima é somente indicativa e não reflete a complexidade e a dinâmica das interações, nem a atualização das previsões, que demandam cenários sempre mais austeros.

É fato também que o efeito da redução de emissões não se faz sentir imediatamente e que quanto mais tarde se começa a reduzir, mais tempo se levará para estabilizar; da mesma forma, em função do que já foi emitido, efeitos podem estar à caminho, independentemente do que se faça agora.

Contudo, um novo acordo climático passará a vigorar apenas após 2012, ano no qual expira o *Protocolo de Kyoto* (ligado à UNFCCC mas que, distintamente desta, criou obrigações para os países). Além da definição de *metas*, no novo acordo é central a forma como estas serão atingidas e quais *as políticas e mecanismos* que precisam ser colocados em funcionamento para executar a redução de emissões.

O tema vem ganhando cada vez mais espaço na mídia e na política por sua urgência evidente diante dos impactos dos eventos climáticos extremos e de previsões científicas que alertam para um risco cada vez maior, mas também porque é preciso cumprir os prazos e fechar o acordo, dando tempo para que os países ratifiquem o novo tratado, antes dele entrar em vigor, após 2012.

Neste sentido, pode-se dizer que urgência não é tanto para cumprir ritos burocráticos, mas sim para acordar e instalar a arquitetura e a infraestrutura jurídica e financeira para um novo ciclo econômico que estará atrelado à metas de “descarbonização” da economia. Este ciclo, segundo o que está sendo discutido no âmbito da Convenção, deverá conceber e colocar em funcionamento sistemas para medir, reportar e verificar a redução de emissões; financiamento, desenvolvimento e transferência de tecnologias de baixa emissão de carbono; desativação de tecnologias poluidoras; fundos para tornar comunidades mais ‘resilientes’ e para ‘mitigação e adaptação’ às mudanças climáticas, além de meios inovadores para ‘proteger as florestas’ e contribuir para o balanço do ciclo do carbono.

A experiência internacional até o momento para adotar medidas efetivas quanto ao clima e à redução de emissões tem sido, reconhecidamente, um fracasso.

Embora tenha sido adotado em 1997, o Protocolo de Kyoto (que tem natureza vinculante), falhou em ser um instrumento capaz de fazer com que os países do Anexo I (historicamente os que mais poluíram e que têm obrigação de cumprir metas de redução) reduzissem efetivamente suas emissões poluidoras. O protocolo entrou em vigência apenas em 2005, definido uma média de redução de 5% para o período entre 2008 e 2012 em relação às emissões de 1990, regra válida para os 37 países que integram o Anexo 1 (lista dos países mais desenvolvidos). Até agora não apenas não se fizeram as reduções como, pior, as emissões aumentaram.

Este fiasco vem ocorrendo mesmo com um arranjo complexo dos chamados “mecanismos de flexibilização”, criados exatamente para facilitar o

cumprimento das metas. Através deles foram estabelecidos os esquemas existentes - todos dentro de um lógica de mercado - que incluem:

-o *comércio de emissões* (entre países do Anexo I com metas a cumprir e que venderiam a outros países suas reduções “excedentes”);

-a *implementação conjunta* (entre países do Anexo I no qual o projeto de redução de emissões é implementado em outro país do Anexo I onde o custo seja mais baixo) e

-o *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL), categoria que permite que países e corporações poluidoras possam ‘compensar’ as suas emissões, e, ao invés de reduzi-las na origem, em seus próprios países, possam fazê-lo através de projetos localizados em países que não têm obrigação de reduzir emissões. Desta forma, países do Sul global, teriam a oportunidade de obter renda ao implementar projetos de seqüestro de carbono da atmosfera através de projetos destinados a este fim, e com a venda de créditos de carbono ter recursos para investir em tecnologias limpas, por exemplo, beneficiando assim diretamente estes países.

Os Estados Unidos, maior país poluidor do planeta, arrogantemente se recusou a assumir sua responsabilidade ambiental e climática e somente ratificou o Protocolo de Kyoto em dezembro de 2007, durante a COP 13, em Bali na Indonésia.

Na COP 13 os 190 países da UNFCCC aprovaram um documento chamado “Mapa do Caminho” (*Bali Road Map*) que define um roteiro com os princípios que vão guiar as negociações do regime global para reduzir emissões e combater as mudanças climáticas, que sucederá ao Protocolo de Kyoto; pelo cronograma estabelecido os países da Convenção terão até 2009 para definir o substituto, ou seja, para definir qual será o mecanismo global de mudanças climáticas após o final do primeiro período de compromisso do acordo, em 2012.

Entre as propostas que estão na mesa para a reunião de dezembro de 2009 na cidade de Copenhague, Dinamarca, é central a relação entre florestas e clima, embora no histórico de negociação da UNFCCC isto não tenha sido assim antes.

No centro da polêmica está a proposta de que o novo regime global de governança com relação à mudança do clima que está sendo desenhado para suceder o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto (2008-2012), deverá, necessariamente, incluir um mecanismo para compensar economicamente os países que conseguirem colocar em marcha, e comprovar, a ***Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal em países em desenvolvimento, REDD.***

“Lula, Obama, as florestas e o clima”

Na negociação internacional, a posição do Brasil tem sido a de rejeitar a proposta de que ‘evitar o desmatamento’ nas florestas tropicais possa servir de “compensação” (*offseting*) para metas de redução de emissões que devem ser cumpridas pelos países poluidores, em casa, direto na fonte, e também de não admitir a oferta de créditos de carbono das florestas e do ‘desmatamento evitado’ em mercados. Isto poderia inundar o mercado com

créditos fartos e baratos, tornando bem fácil para os países poluidores não fazerem nada de efetivo com relação à mudança do clima, que obteriam através dos créditos licenças (e direitos) para poluir, atrelando grandes áreas de territórios de países do Sul para “compensação”. Além disso, a propriedade do crédito de carbono, também garante direitos (e proteção jurídica) sobre o carbono e, logo, de proteger a propriedade dos créditos onde este carbono que lhe deu origem estiver estocado. No caso, em vastas extensões de território, que embora não estejam de fato à venda, irão derivar, através do carbono, direitos de propriedade sobre a terra.

No caso das florestas, a entrada de créditos de carbono originados destas em mecanismos de mercado, acarretaria, legalmente, restrição de direitos, impulso à privatização da terra e potenciais violações à garantias coletivas sobre acesso e uso dos recursos naturais e biodiversidade. Nesta linha de argumentos estão muitos dos críticos de propostas de REDD e mercados.

A posição oficial brasileira tem sido, até aqui, a de propor que o desmatamento evitado é sim uma grande oportunidade para avançar as políticas climáticas, mas, de forma absolutamente isolada no âmbito da UNFCCC, propõe que o mecanismo de REDD seja operacionalizado através de um fundo voluntário, nos moldes em que foi concebido o Fundo Amazônia no Brasil (gerido pelo BNDES⁵), para que seja manejado pelos governos, de forma que a redução do desmatamento seja adicional aos compromissos de reduzir emissões e não seja uma alternativa em lugar disso.

Esta posição vem sendo publicamente questionada por atores que se mobilizam para influenciar e lograr com que os negociadores revejam e mudem esta posição.

Um artigo de opinião intitulado “*Lula, Obama, as Florestas e o Clima*”, publicado no Jornal Valor Econômico 25/04/2009, sugeria dois movimentos que podem alterar substancialmente o panorama nacional e mundial: a posição do Brasil, interna e externa, poderia arrefecer e aceitar incluir os créditos de carbono florestal no “ascendente mercado de créditos de carbono”, e/ou buscar um acordo bilateral entre Lula e Obama, para que com a garantia de uma fonte estável e abundante de créditos de carbono gerados pela redução de emissões por desmatamento (REDD) seja possível aos americanos utilizar os créditos, viabilizando assim

“(...) um compromisso interno de redução mais significativo [que permita] trazer os EUA de volta à mesa de negociação da ONU”.

Os EUA da nova administração Obama precisam de uma fonte barata de emissões para dar a volta por cima e recuperar o tempo (e a arrogância) perdidos em todos os anos que se omitiram de suas responsabilidades climáticas diante do resto do mundo e o Brasil está sendo escolhido, prioritariamente, para ser um sumidouro barato dos EUA ? É isso mesmo ? Vejamos :

(...) A política do governo deveria, portanto, ir além do incentivo a doações compensatórias de reduções passadas na taxa de desmatamento, que já

⁵ <http://www.bndes.gov.br/fundoamazonia/default.asp>

alimentam o Fundo Amazônia do BNDES, mas deveriam também considerar o ascendente mercado de créditos de carbono.

A alegação oficial de que a opção pelo mercado não apresenta contribuição adicional para a redução de emissões, pois a diminuição de desmatamento estaria apenas autorizando emissões pela queima de combustíveis fósseis em países do Norte, é uma meia verdade. Se a compensação não trouxesse vantagem para o clima, não haveria como sustentar a pertinência do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e outros. Eles existem para viabilizar o cumprimento de metas com menor custo, favorecendo o esforço internacional pela redução de emissões. Assim, qualquer sistema proposto pela ONU para reduzir as emissões de gases poluentes no período pós-Kyoto que admita hipóteses de compensação que incluam mecanismos de mercado (crédito de carbono), deve estar fortemente ligado ao aumento das metas obrigatórias para os países desenvolvidos.

Este raciocínio se aplica ao futuro mercado de carbono que está surgindo nos EUA. Se for possível aos americanos utilizar créditos gerados pela redução de emissões por desmatamento (REDD), será possível viabilizar compromisso interno de redução mais significativo e trazer os EUA de volta à mesa de negociação da ONU.

Já há modelos econômicos que apontam grandes benefícios para o clima sob um possível acordo bilateral Brasil-EUA que considere as metas anunciadas. Existindo a opção de compra de créditos de reduções do desmatamento, os EUA poderiam reduzir de 4% a 10% acima da meta anunciada e, atenção, sem custo adicional. Poderiam, assim, aportar recursos técnicos e financeiros e garantir efetividade e velocidade na redução do desmatamento no Brasil, gerando uma dinâmica cujo resultado seria um real benefício para o clima”.

O artigo de opinião é assinado por: Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental (ISA), Paulo Moutinho, diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Steve Schwartzman, diretor do *Environmental Defense Fund* (EDF), organização dos Estados Unidos⁶.

Coincidentemente, dois dias antes da publicação deste artigo, foi lançada uma nota pública de várias organizações ambientalistas dos EUA (da qual o EDF não consta) naquele país, demandando exatamente o contrário: para que se “fechassem as comportas para compensações de carbono”, *Environmental Groups Urge Waxman/Markey to Close the Floodgate on Carbon Offsets*⁷ (Grupos ambientalistas urgem que Waxman/Markey feche as comportas para compensações de carbono). O alerta chamava a atenção para a oposição de vários grupos nos EUA quanto ao artifício - em curso - nas negociações sobre a nova lei energética climática (Waxman/Markey)

⁶ <http://www.ipam.org.br/web/noticia.php?id=96&PHPSESSID=3f5e18244d09decb91a9d9f1bfac8b38>

⁷Nota foi publicada em 23/04/2009.

Ver. <http://www.redd-monitor.org/2009/04/24/environmental-groups-urge-waxmanmarkey-to-close-the-floodgate-on-carbon-offsets/>

relativo à inclusão massiva de *offsets* autorizados em outros países para cumprir com as metas nacionais.

Na nota, as organizações rejeitavam compensações (*offsets*) fora dos EUA para a política de *cap-and-trade* que avança para sua aprovação, além de alertar para o risco deste fator vir a impulsionar grandes projetos *Business as Usual*, como plantações florestais, hidrelétricas e aterros sanitários nos países do Sul. A nota é assinada pelas seguintes organizações: *350.org, 1 Sky, California Communities Against Toxics, Chesapeake Climate Action Network, Church World Service, Eco-Justice Collaborative, Energy Justice Network, Environmental Justice and Climate Change Initiative, Essential Action, Friends Committee on National Legislation, Friends of the Earth, Greenaction for Health and Environmental Justice, Greenpeace, Little Village Environmental Justice Organization, Indigenous Environmental Network, Institute for Energy & Environmental Research, International Rivers, Maryknoll Office for Global Concerns, Nuclear Energy Information Service, Nuclear Information and Resource Service, Public Citizen, Rainforest Action Network, Safe & Green Campaign, Shalom Center, Sustainable Energy & Economy Network, Unitarian Universalist Association of Congregations.*

No mesmo dia da nota dos EUA, 23/04, foi publicada uma nota do Greenpeace em defesa da posição do governo brasileiro: *Greenpeace diz que carbono de florestas não ajuda clima. Estudo do Greenpeace dá apoio à posição que o governo brasileiro defende praticamente sozinho na Convenção do Clima, a de não incluir o desmatamento no mercado internacional de carbono.* A íntegra da nota:

“É difícil ver ONGs ambientalistas e governos em acordo. Ainda mais quando o assunto é o comércio de emissões de carbono de florestas, a organização é o Greenpeace e o governo é o do Brasil. Mas, no caso do *REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal)*, mecanismo em negociação no âmbito das Nações Unidas para mitigar o efeito estufa e compensar as nações pobres, é precisamente isso o que vem acontecendo. Um novo estudo do Greenpeace dá apoio à posição que o governo brasileiro defende praticamente sozinho na Convenção do Clima, a de não incluir o desmatamento no mercado internacional de carbono”.

Num mercado desse tipo, países ricos financiariam a redução do desmatamento em países pobres em troca de "créditos" que lhes permitissem deixar de cortar emissões. De acordo com o relatório, divulgado na semana retrasada em Bonn, na Alemanha, se as florestas entrassem indiscriminadamente nesse mercado, o preço do carbono cairia até 75%. Carbono barato demais atrapalha os esforços para conter a mudança climática. A pesquisa mostra também que a medida poderia fazer com que países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, perdessem bilhões de dólares por ano em investimentos em tecnologias de energia limpa. Esses países dependem de incentivos para fazer a transição para tecnologias que emitem menos carbono. O setor perderia interesse porque os créditos de floresta são mais baratos”.

O argumento do Greenpeace não está “superado” como apontam seus opositores⁸. Pelo contrário, a cada dia aumentam e ganham corpo as vozes críticas, sustentadas por graves evidências e apontando o risco da tendência de criar um grande cassino global sobre as florestas⁹.

Mercado de carbono e falsas soluções: a quem interessa ?

No caminho para uma economia de baixo-carbono, a estratégia que vem se impondo como prioritária é a de reduzir rapidamente emissões ‘em escala’, de preferência com baixo custo e sem alterar estilos de vida, especialmente daqueles que já avisaram há algum tempo que o seu *não é negociável*¹⁰. Isto permitiria que os países que tenham que cumprir com as metas obrigatórias de redução, em especial aqueles que historicamente são os maiores poluidores e mais contribuíram para as emissões de gases de efeito estufa poluição, possam encontrar uma ‘escapatória’.

Esta escapatória significa que ao invés de enfrentar na esfera doméstica dos seus países o peso político e eleitoral da execução de medidas efetivas para: radicalizar a eficiência energética com regulação e normas para todos os setores da indústria (especialmente na construção civil e geração de energia), otimizar a expansão do sistema de transporte público, criar e cumprir com metas mandatórias de substituição progressiva para matrizes de energias ‘limpas e renováveis’, e sobretudo reduzir drasticamente o consumo, é mais fácil e conveniente para os países poluidores a possibilidade de “compensar” (offset) estas emissões não reduzidas em casa, através da compra de créditos de carbono no mercado.

No jargão, este argumento é expresso na máxima: “*sem florestas, a conta não fecha*”. No Brasil, os que defendem a entrada das florestas (ou de parte delas) em mecanismo de mercado e como possibilidade de compensação sempre têm o cuidado de ser politicamente corretos ao apresentar seus gráficos e prognósticos e insistir que ‘mesmo fazendo tudo, mas *tudo mesmo* que é possível fazer em seus países, ainda assim, a conta não fecha’.

A entrada das florestas no mercado de créditos de carbono é colocada desta forma quase como um gesto magnânimo nosso para com a *causa* do clima.

Na realidade é bem diferente. Nos Estados Unidos, o principal país poluidor do planeta, está tramitando no congresso uma extensa legislação (o projeto de lei para discussão tem 648 páginas) conhecida por *Waxman-Markey*, em razão do nome dos seus proponentes no legislativo, mas que

⁸ Preço dos créditos de carbono e o REDD. <http://www.climaedesmatamento.org.br/revista/ver/124>

⁹ *Forest carbon market already shows cracks* <http://www.reuters.com/article/GCAGreenBusiness/idUSTRE55302M20090604?pageNumber=1&virtualBrandChannel=0> 4/06/2009

¹⁰ Na Conferência do Rio em 1992, o presidente dos EUA, George Bush (sênior) proferiu o moto “*The American lifestyle is non-negotiable*” que de forma sintética segue expressando a disposição do seu país com relação à assumir suas responsabilidades ambientais e climáticas com o resto do planeta.

não deixa claro sobre outros atores que são os verdadeiros mentores e promotores da proposta, o que lá é público, entre os quais, o mais proeminente, a mega organização ‘não governamental’ de lobby ambiental de grandes corporações poluidoras, o *Environmental Defense Fund* (EDF)¹¹. O EDF também é, assumidamente, um *think-tank* do ambientalismo de mercado na sua versão mais fundamentalista¹².

Além de especulações sobre se o EDF não deveria perder seu status de organização *non-profit* (filantrópica) em função de seu ‘ativismo’ abertamente corporativo¹³, o EDF é um dos atores mais empenhados em aprovar a nova lei.

No texto da Waxman-Markey a principal provisão é estabelecer uma política de clima e energia ancorada em um sistema nacional de *cap-and-trade*. Um teto de licenças para emissões poluidoras concedido pelo governo às empresas (*cap*) e a possibilidade de *compra e venda* (*trade*) no mercado dos créditos que faltarem para justificar as emissões não autorizadas.

Em se tratando, enfim, de uma política doméstica para o país com o maior passivo climático e ambiental para com o planeta, e que também é o maior emissor de gases de efeito estufa e o maior consumidor individual de petróleo, poderia ser uma notícia auspiciosa. Mas parece que não é.

No estágio atual das negociações do projeto de lei, fala-se em até 45% da meta de emissões poderão ser reduzido em *offsets* fora do país. Uma articulação de apoiadores da radicalização deste dispositivo, que se intitulam “*partners on avoided deforestation*” (parceiros no desmatamento evitado), tem como primeiro ponto de pauta “incluir florestas internacionais” para as quais pedem “acesso ilimitado”, embora conservadores defendam um “teto” de (apenas) 45%.¹⁴

Para o EDF esta é uma oportunidade rara, na qual ‘políticos, segmentos massivos da comunidade de negócios, assim como os

¹¹ Broder, John (2009) *From a theory to a consensus on emissions*. NY Times, 17 de maio, página A1. http://www.nytimes.com/2009/05/17/us/politics/17cap.html?_r=1&scp=4&sq=defense%20fund%20waxman&st=cse

¹² Krupp, Fred. (2008) *The Making of a Market-Minded Environmentalist*. Strategy + Business, Summer. <http://www.strategy-business.com/press/16635507/08201?tid=230&pg=all> Uma pérola. Relato em primeira pessoa da trajetória de Krupp, presidente do EDF desde 1984 e sua luta para ‘unir ciência, economia e leis para resolver problemas ambientais’, também autor do livro “*Earth: The Sequel — The Race to Reinvent Energy and Stop Global Warming* (W.W. Norton, 2008).

¹³ Ver argumentos e documentos do debate e análises das mudanças de posição do EDF em: Ken (2008) *Has EDF spun out of environmentalism?* In response to EDF's Tony Kreindle. 25 de julho Em : gristmill.grist.org/story/2008/7/24/113234/202

¹⁴ <http://www.redd-monitor.org/2009/05/28/controversial-deal-between-us-based-conservation-ngos-and-polluting-industry-slammed/comment-page-1/#comment-3011>

ambientalistas estão se alinhando e comprometidos em levar adiante a proposta¹⁵.

E isto tem diretamente a ver com o Brasil – e a necessidade de que o Brasil mude sua posição, aceitando *offsetings* para carbono florestal, considerando o valor estratégico e decisivo das florestas tropicais.

Segundo os promotores deste modelo de “solução” para o clima, cerca de metade (50%) do carbono florestal do mundo está hoje estocado nas florestas tropicais. Enquanto todas as florestas do mundo (tropicais, boreais e outras) guardariam no total 300 bilhões de toneladas de carbono, a floresta Amazônica sozinha guardaria uma reserva de cerca de 80 bilhões de toneladas de carbono – o que equivale a quase um terço do estoque mundial¹⁶.

Segundo um dado da *Cordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica* (COICA), em todos os nove países da bacia haveria no total cerca de **220 milhões de hectares de terra indígena titulada** (equivalente em tamanho à 1/4 do território brasileiro). No Brasil, os **100 milhões de hectares** de terras indígenas e Reservas Extrativistas (Resex) estocaria 30% do total de 47 bilhões de toneladas de carbono que, calcula-se, estão fixadas nos troncos, galhos e no solo das florestas da toda a Amazônia brasileira¹⁷.

Em vista disso, entende-se então porque *interessa* a incorporação de povos indígenas e populações tradicionais nos debates sobre este mecanismo. A legitimação dos termos no qual o debate está sendo colocado também: pelo potencial risco aos seus territórios e modos de vida tradicionais, bem como à restrição de seus direitos ao firmar contratos de comercialização

¹⁵ Uma personalidade de destaque que usou do seu prestígio para assegurar que não há porque temer e que a nova lei será “boa para a economia” é ninguém menos que Lawrence Summers, hoje presidente do *National Economic Council*, apontado por Obama, e que antes disso foi economista chefe do Banco Mundial (BM), e neste cargo ficou mundialmente conhecido pelo vazamento do seu memorando ‘satírico’ em 1991. Neste memorando propunha-se responder a sua própria pergunta de ‘se o BM não deveria encorajar MAIS a migração de indústrias poluidoras para os países menos desenvolvidos ? Fornecendo a seguir três razões, segundo a lógica impecável do BM, sintetizada no tema de que a pobreza e a condição de país ‘menos-desenvolvido’ (least developed) barateava os custos de transação porque, nestes casos, os impactos ambientais eram relativizados. Em outras palavras, importar pneus velhos ou aceitar ser aterro de lixo tóxico, por exemplo, pode ser atrativo para países pobres que não poderiam dar-se ao ‘luxo’ de apearem-se a critérios ambientais, quando tem urgência de gerar renda para o ‘desenvolvimento’. http://en.wikipedia.org/wiki/Summers_memo

¹⁶ Os dados que quantificam o estoque de carbono que estaria disponível nas floresta tropicais são altamente disputados e há diversas metodologias para realizar a estimativa com maior ‘precisão’ possível. Sendo todos interessados em comprovar da forma mais conveniente a mercadoria que pretendem vender, ou comprar, é um tema da maior importância mas que não será tratado aqui em detalhe, o que também não é o propósito deste texto. Para uma extensa compilação de *papers* sobre contabilidade de carbono florestal, simulação, modelagem, experimentos (em inglês) ver: *Environmental Research Letters* (ERL). Em: <http://www.iop.org/EJ/journal/erl>

¹⁷ <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/13/estudo-do-ipam-avalia-que-as-terras-indigenas-e-reservas-possuem-30-do-carbono-estocado-na-amazonia/>

sobre o carbono ‘estocado’ em suas terras, mas também, pelas alegadas vantagens econômicas que a oportunidade traz, através do crescente interesse internacional sobre evitar o desmatamento via mecanismos de mercado como forma de garantir a preservação das florestas.

Nesta ótica os povos indígenas são um fator decisivo para legitimar, ou questionar e alterar (e até mesmo rechaçar) qualquer acordo global sobre o clima que dependa de florestas. Na prática contudo, estas coisas não são simples e há vários elementos que devem ser tomados em conta e analisados na sua complexidade, que incluem: representação política legítima dos povos para negociar contratos que envolvem os territórios ‘em nome de’; autoridades tradicionais locais; temas inter-generacionais; linguagem e tradução; extrapolação e perversão da assessoria ‘técnica’; dinâmicas de cooptação, corrupção, etc. Estes temas não serão desenvolvidos neste texto.

Contudo, vale registrar que o futuro da implementação de uma política de clima, que venha a ser ancorada em redução de emissão primariamente realizada através de “compensações florestais”, terá como uma questão (do ponto de vista de sua efetividade mercadológica) os critérios técnicos e metodológicos para um sistema capaz de ‘medir, reportar e verificar’ (MRV) o estoque de carbono, um tema que é absolutamente hermético para leigos e pessoas comuns (o que dirá para populações tradicionais e povos indígenas) e que fará com que a negociação sobre o cumprimento ou não das metas, bem como a produção ou não da mercadoria à venda, esteja sempre vinculada a confiabilidade e ao manejo destes cálculos.

Ao mesmo tempo em que as florestas seriam transformadas em grandes reservas (ou armazéns...) de carbono, o “reflorestamento” de áreas degradadas anuncia-se como uma gigantesca indústria global em ascensão, incluindo, por suposto, a expansão massiva de plantações de monoculturas de árvores de espécies exóticas (palma, eucalipto, etc) como solução *de escala* para seqüestrar carbono da atmosfera e também produzir matéria prima e biomassa para fonte de energias ‘limpas’.

Rumo à economia de baixo carbono ou à bio-economia

As florestas tropicais são consideradas hoje um elemento fundamental para consolidar a ‘transição’ para um novo ciclo econômico, que será, mais cedo o mais tarde, mas inexoravelmente, pós-petróleo.

Embora a ‘transição’ rumo à economia de baixo carbono evoque um processo de longa duração, devemos considerar em termos proporcionais ao curto que foi o capítulo fóssil na história da humanidade. Ainda mais se levamos em conta que embora o uso de energia fóssil comece sistematicamente há 150 anos com a Revolução Industrial e a invenção da

máquina à vapor, o uso disseminado do petróleo é relativamente muito mais recente, como no caso do Brasil, com a criação da Petrobrás na década de 50 do século XX¹⁸.

Em que ritmo a nossa sociedade petrodependente irá se descarbonizar ?

O *New Green Deal* é bem explícito: é fundamental criar um marco legal, que depende dos Estados, para que a indústria possa dar a resposta apropriada. Este movimento estrutural do capitalismo “para lidar com a crise financeira, energética e climática que ameaça o sistema neste ponto precário da história” vem sendo denominado como a passagem para a *Terceira Revolução Industrial* por seus principais teóricos e promotores¹⁹.

Este ciclo que está sendo inaugurando tem o “carbono-equivalente” como sua principal unidade de valor²⁰.

O que está tomando forma é uma economia fundamentalmente baseada na biomassa, ancorada na agroenergia para prover bio-refinarias capazes de reproduzir em versão ‘verde’ todos os produtos da atual cadeia petroquímica (bio-plásticos), fibra de celulose para a indústria têxtil, geração de bio-eletricidade e inclusive fabricar hidrogênio a partir da biomassa²¹, além dos agrocombustíveis.

Porém, o acesso, uso e controle de territórios e recursos naturais é eminentemente um tema de primeira grandeza da política. Qualquer sociedade e economia, independentemente do tempo e do lugar, dependerá, sempre, fundamentalmente, de uma base ecológica para obter água, ar, alimento, energia e matérias primas e isso depende de controlar um território capaz de prover estas necessidades básicas e insubstituíveis.

¹⁸ Em 1932 é produzido o primeiro laudo técnico atestando a existência de petróleo em território brasileiro. Após uma série de medidas institucionais e discussão sobre o uso e a exploração dos recursos do subsolo brasileiro ocorre à criação do CNP - Conselho Nacional do Petróleo em 1938, que estabeleceu várias diretrizes sobre o petróleo e determinou que as jazidas pertencessem à União. Em 1939 o primeiro poço de petróleo foi encontrado, seguido de novas prospecções governamentais ao longo do território brasileiro. Em 1941 o governo brasileiro anunciou o estabelecimento do campo de exploração petrolífera de Candeias, Bahia e apesar da pequena escala destas descobertas, o surgimento dessa nova riqueza incentivou a oficialização do monopólio estatal sobre a atividade petrolífera e a criação da empresa estatal “Petróleo Brasileiro S.A.”, mais conhecida como Petrobrás em 1953. Contudo, até o ano de 1973, a principal fonte energética da matriz brasileira era a lenha, nativa.

¹⁹ Rifkin, Jeremy (2008). *Leading the way to the Third Industrial Revolution*. European Energy Review, special edition, december

²⁰ *A unidade dos créditos de carbono nos “Certificados de Emissões Reduzidas” (CER's) é padronizada em toneladas de carbono equivalente.* Isso vale porque os CER's não levam em conta só a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), mas também das emissões dos outros gases do efeito estufa: metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), perfluorcarbonetos (PFCs), hidrofluorcarbonetos (HFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

²¹ Balat, Mustafa. & Balat, Mehmet (2009) *Political, economic and environmental impacts of biomass-based hydrogen*. International Journal of Hydrogen Energy, Volume 34, Issue 9, May, Pages 3589-3603

Resta saber como a nova economia da biomassa irá estabelecer novos conflitos territoriais.

Ambientalismo de mercado, políticas de clima e biodiversidade

No cenário internacional há um crescente debate e posicionamento crítico entre organizações, movimentos e redes da sociedade civil sobre o rumo que estão tomando as negociações no âmbito da convenção do clima. Análises sobre as posições mais recentes dos governos dão conta de que ‘um novo tratado global sobre o clima está tomando forma para ter em seu centro o comércio de carbono, criando assim novas escapatórias para evitar a limpeza do clima’²². E uma das principais “escapatórias” pode ser identificada no esforço de colocar à venda no mercado de emissões os créditos decorrentes do desmatamento evitado das florestas tropicais e do seu estoque de carbono cuja maior reserva mundial encontra-se na Amazônia.

Parece que o desafio das mudanças climáticas está sendo tomado em geral por representantes dos governos e dos atores corporativos como (mais) uma oportunidade de negócios. Este tom serviu exatamente de lema “transformando riscos em oportunidades” para o encontro *World Business Summit on Climate Change* (entre 24-26 de maio deste ano, também em Copenhague) que convocava os participantes para discutir sobre como influenciar com suas propostas as negociações da Convenção do Clima, ou, “onde o futuro do seu negócio está sendo decidido”²³. A contar com o que se reporta sobre os resultados deste encontro, há um consenso entre os ‘líderes de negócios’ de que são mesmo os grandes vetores de desmatamento (infra-estrutura, agronegócio, madeiras, mineração, etc) que devem receber a maior parte dos recursos advindos do comércio de créditos de carbono obtidas através do desmatamento evitado (REDD), já que, logicamente, são eles mesmos que realizam o desmatamento e logo, tem o poder para evitá-lo - desde que a venda no mercado dos créditos destas emissões seja um bom negócio, claro

O rechaço e a oposição veemente ao mercado de carbono, embora esteja praticamente ausente da agenda da sociedade civil no Brasil, é um tema sério e de primeira ordem para a política ambiental e climática, segundo a avaliação de muitas organizações e redes internacionais que convergem em torno dos princípios e da campanha por *Justiça Climática*.

Apontado como uma atualização da corruptela que levou à venda de indulgências pela igreja católica no século XVI, os créditos de carbono seriam uma forma contemporânea de pagar para compensar os pecados dos países e empresas poluidoras e que garantiria a quem pode pagar, livrar-se do ônus e da dívida com o conjunto do planeta e do clima.

²² Reyes, Oscar. *UN Climate Negotiations: analysis of latest positions*. http://www.carbonradewatch.org/index.php?option=com_content&task=view&id=270&Itemid=36 08/05/2009.

²³ <http://www.copenhagenclimatocouncil.com/world-business-summit.html>

O mercado de carbono é alvo, há anos, de críticas e argumentos que contam com um considerável acúmulo de análises críticas e impactos documentados do fracasso e dos vícios dos projetos que envolvem Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)²⁴. *Sobretudo, a oposição ao mercado de carbono vem servindo como um divisor claro de posições políticas dos que se opõe, e não se identificam com o “ambientalismo de mercado”.* Mas o que é isso ?

Apesar de ambos os temas – clima e biodiversidade – serem intrinsecamente interdependentes na prática, estes têm sido tratados nos fóruns oficiais e nas negociações de forma dissociada, quase esquizofrênica.

Comparativamente, em termos de participação da sociedade civil, a Convenção da Biodiversidade (CBD) congregou indiscutivelmente maior familiarização com os temas, permitiu o engajamento, estratégias de lobby/incidência e foi um espaço de mobilização/articulação para que pautas de luta locais dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil *interagissem*, e se confrontassem, em um espaço concreto com o avanço das políticas internacionais de biodiversidade (e também com a realidade do biopoder), cujo caso mais emblemático são os transgênicos, mas onde também se visibilizou no marco da propriedade intelectual a biopirataria e a pilhagem sobre os conhecimentos tradicionais dos Povos Indígenas. Obviamente, esta interação deve ser entendida no que isto é viável e realista dentro da “participação” tal como ela ocorre no sistema ONU.

Já no caso da Convenção sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) a participação da sociedade civil e de movimentos sociais, pode-se dizer, foi praticamente inexistente o que contribuiu para a despolitização ser a tônica dominante do tratamento das questões sob a Convenção. A base da política climática se pretendeu ‘científica’ e despolitizada desde o início, quando dois anos antes de adotada a Convenção foi estabelecido o IPCC, órgão de especialistas científicos que assessora os negociadores sobre clima. Embora ao longo do tempo articulações de participação tenham se formado no espaço da UNFCCC, onde hoje estão redes como *Climate Action Network* (CAN), e mais recentemente a *Climate Justice Network* (CJN), além do *Grupo de Durban*, e ainda articulações de jovens, frente à dimensão e urgência do problema, a participação da sociedade majoritariamente afetada ainda é insignificante. Mas no âmbito da UNFCCC o mais grave é o histórico de não participação dos Povos Indígenas, cujos territórios correspondem em geral às áreas mais preservadas (florestas) e regiões ambientalmente mais frágeis aos efeitos da mudança do clima (por exemplo, Alaska, zonas costeiras da Ásia, países insulares com alta porcentagem de população indígena como Filipinas e Indonésia, etc) e onde agora se pretendem implementar projetos

²⁴ A forma como estes vêm sendo implementados é tão ruim que até o presidente do EDF recomenda que este é um caso perdido e devem ser inteiramente abandonados e, lógico, substituído por um mecanismo melhor, mais eficiente. <http://blogs.wsj.com/environmentalcapital/2009/03/19/edfs-fred-krupp-on-cap-and-trade-offsets-and-indiana-grandmothers/>

de compensação pelo desmatamento evitado²⁵. Sobre este ponto é importante destacar que embora a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (UNDRIP) tenha sido finalmente aprovada em 2007, constituindo um marco legal fundamental para a defesa dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, ainda assim, durante a última reunião da UNFCCC em Poznan, Polônia, em dezembro de 2008, governos exigiram a retirada do texto que fazia referência à exigibilidade de garantir e respeitar os direitos dos povos indígenas, o que inclui a consulta mas também o consentimento livre, prévio e informado como condição *sine que non* para implementar projetos de redução de emissões que venham a impactar sobre seus territórios titulados, mas também às terras ancestrais e lugares sagrados. Mesmo diante de protestos, com o *No Rights, No REDD (se não garantir os direitos, então não ao REDD)*, a Convenção manteve a referência às garantias da UNDRIP **fora** do texto final.

Em comum, pode-se dizer que tanto a CBD quanto à UNFCCC estão hoje absolutamente reféns da lógica privatizante e mercantilizante, e já não representam, no conteúdo do que negociam, anseios ou compromissos reais com questão da vida do planeta. Tanto na política internacional de clima, centrada em estabelecer um mercado de carbono, legalizar o direito de poluir, privatizar a atmosfera e controlar territórios e recursos naturais alheios através de mecanismos de compensação, como nas políticas de biodiversidade, o mundo corporativo ocupa um espaço absolutamente escandaloso e ilegítimo de influência no lobby para a condução do processo e a tomada de decisões: os interesses organizados dos novos “negócios” do clima e de biodiversidade.

Se há algum movimento ambientalista que ganhou corpo no marco dos dois documentos propostos inicialmente quando da Rio 92 para promover a governança ambiental internacional, este foi o do “ambientalismo de mercado” e das “falsas soluções” que produz.

E é esta concepção de ambientalismo está em vias de se institucionalizar em escala global para garantir que o *New Green Deal* do governo Obama e sua política climática e energética a caminho sejam o *tour de force* para marcar um divisor de águas e uma nova fase do capitalismo... verde. Como enfrentar isto?

Política e mudanças climáticas em tempos de ambientalismo de mercado

Em geral, a tônica dominante do debate sobre as mudanças climáticas tem sido a despolitização e no Brasil isto não é diferente. Um dos principais fatores que contribuem para este fato pode ser atribuído à hegemonia da linguagem técnica e científica. Superar este obstáculo, porém, não significa a necessidade de produção de materiais em versões ‘simplificadas’ e ‘acessíveis’ ou promover capacitações onde ‘desmistificar’ seja na prática

²⁵ Atualmente, o mecanismo de desmatamento evitado apenas se aplica ao desmatamento em florestas tropicais.

mais próximo do ‘doutrinar’, sem dar espaço para a crítica, o contraditório, o debate franco e honesto de idéias e posições que é da essência da democracia.

Segundo Larry Lohman, ativista, pesquisador e autor de vários livros e artigos e uma das figuras mais proeminentes no debate crítico internacional sobre mudanças climáticas, a despolitização do debate tem a ver com ‘a forma na qual todos os problemas sociais e políticos que se derivam das mudanças climáticas (que se pode privatizar e possuir a atmosfera, por exemplo) terem sido eclipsados pelo jargão econômico neo-clássico’.

Um exemplo disto seriam os informes do IPCC, onde é possível constatar que *todo o marco de análise está conformado por elementos das ciências naturais e da economia neoclássica*. Inclusive quando tentam prever quais seriam as repercussões de certos níveis de emissões no futuro, o IPCC tende a basear-se – desproporcionalmente - em coisas como projeções de população, especulações sobre o crescimento do PIB e variantes parecidas. Assim, muitas das “opções” que o IPCC apresenta aos governos do mundo, e que acabam fundamentando várias posições na negociação internacional, estão baseadas em um discurso que se encontra seqüestrado e dominado por economistas ortodoxos. Desde o ponto de vista intelectual e político este é um problema muito grave²⁶.

É particularmente grave porque esta visão economicista e ortodoxa tende a substituir a complexidade da análise política necessária sobre as origens do problema do clima, dissociando os vetores e causas subjacentes que promovem a industrialização, urbanização, o desmatamento e o uso intensivo de combustíveis fósseis. A ausência desta perspectiva abre então espaço para a hegemonia das soluções supostamente técnicas, pragmáticas, que buscam soluções orientadas a ‘evitar o desmatamento’, a ‘reduzir emissões de gases de efeito estufa’, contabilizando os resultados em modelos quantificáveis, dentro do formato exigido pelo mercado para que sejam também mensuráveis, verificáveis, acreditáveis e assim também passíveis de comercialização, e por quê não ?, de bons negócios e de lucro.

A redução da realidade a uma narrativa única através da compilação de dados, invisibiliza os conflitos de interesse, os jogos de poder, as ideologias e as contradições da realidade, assim como os sujeitos individuais e coletivos, a violência estrutural e a injustiça. Aceitar que o debate sobre as graves questões que ameaçam o conjunto da humanidade somente possa ser tratado através da repetição do jargão dominado por uma elite de expertos acaba naturalizando e agravando, na prática, a exclusão.

A capacidade de participação da sociedade civil, em especial dos setores da população mais diretamente impactados pelas mudanças

²⁶ Lohmann, Larry. (2008) *La política del cambio climático*. Entrevista para Re-Public, 06/11/2008. Em: http://www.carbontradewatch.org/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=36

climáticas, está diretamente relacionada à democratização radical e à politização do debate sobre as mudanças climáticas sob o marco da justiça climática, não como mais um tema, *mas como um horizonte capaz de mobilizar e fazer convergir outras lutas e construir unidade na agenda dos movimentos sociais*. Um desafio que se coloca é compreender a dimensão das agendas que estão colocadas e definir uma estratégia conjunta.

O dramatismo que ganhou a mudança climática não obriga o Fórum Social Mundial a mudar suas prioridades, seus temas centrais ?

‘Nossa principal preocupação nesse momento é manter a agenda em torno da luta contra o neoliberalismo e contra o imperialismo. Obviamente que o tema da mudança climática, das agressões ao meio ambiente estão diretamente relacionadas com o modelo de desenvolvimento neoliberal e com as necessidades imperialistas. Certamente esse tema terá maior espaço e preocupação de agora em diante, até porque suas conseqüências sociais e ambientais estão mais evidentes. Coisa que não eram evidentes há três ou quatro anos atrás. (...) Então, *não é uma questão de prioridade, mas uma questão de enfoque.*’

João Pedro Stedile, MST/Via Campesina Internacional, entrevista à Marpo Osava, IPS, Janeiro 2008)